

A água e o vinho

Embora outra fosse a sua intenção, o senador Antonio Carlos Magalhães fez ao presidente Fernando Henrique o maior elogio a que pode aspirar um chefe de Estado eleito democraticamente, que procura pautar os seus atos acima de tudo pelo que entende ser o interesse nacional. O elogio involuntário está contido no argumento do senador, segundo o qual a popularidade do presidente continuará baixa se ele não elevar o salário mínimo ao nível apregoado pelo PFL – o equivalente a US\$ 100. “Não adianta fazer obras”, emendou ainda Antonio Carlos, o ex-prefeito de Salvador e ex-governador da Bahia, cujas numerosas realizações foram, por sinal, decisivas para transformá-lo no político mais popular, quem sabe, da história de seu Estado.

O senador está absolutamente certo: se o presidente da República, com uma canetada, aumentasse o piso salarial para algo próximo a R\$ 180, a sua popularidade dispararia, principalmente entre os mais de 12 milhões de aposentados que recebem não mais de R\$ 136 por mês do INSS e os milhares de funcionários municipais que ganham outro tanto apenas. O presidente Fernando Henrique pode não ter nem a experiência, nem o profissionalismo político de Antonio Carlos Magalhães, que de tais atributos se vale para fazer o que, a seu juízo, a oposição não consegue, por ser “muito dispersa e amadora” – atazanar o governo,

não obstante o senador pertencer a um partido que integra esse mesmo governo, não só tendo ajudado a elegê-lo duas vezes, como ainda constituindo peça-chave na sua base de sustentação parlamentar.

Mas o presidente, que entrou para a política quando o senador baiano já estava em altos escalões do poder, ainda assim não há de precisar que lhe ensinam o caminho da popularidade, se esse fosse o seu objetivo maior, a alcançar por quaisquer meios: bastaria, como fazem os políticos convencionais, dizer “sim” às demandas populares, fossem quais fossem os efeitos negativos dessa decisão que ele considerava, apropriadamente, uma irresponsabilidade. Em essência, a coragem de dizer “não”, quando o “sim” seria confortável para si e desastroso para o País (sem excluir nem os seus beneficiários a curto prazo), é o que torna o presidente Fernando Henrique uma figura singular na vida política brasileira, tão profundamente marcada pelo oportunismo, a demagogia e a retórica fácil dos “tribunos da plebe”, que mal escondem os seus compromissos de fundo com as próprias ambições.

No Brasil, um governante eleito pelo voto popular que se recusa a sacrificar princípios



e convicções – e, principalmente, aquilo que considera o interesse nacional – em troca de pontos favoráveis nas pesquisas de opinião é, infelizmente, uma raridade – merecedor, portanto, de elogios deliberados, e não inadvertidos, como o do senador Antonio Carlos. Tudo isso que estamos afirmando foi confirmado pelo comportamento do presidente Fernando Henrique, ao receber os líderes das

três maiores confederações sindicais brasileiras: Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, da CUT; Paulo Pereira da Silva, da Força Sindical; e Canindé Pegado, da CGT. Diante desses interlocutores, que representam a esmagadora maioria da população sindicalizada e cuja influência, por isso mesmo, nenhum político profissional deixa de levar em conta, Fernando Henrique não apenas reiterou sua objeção às propostas de aumento do mínimo acima dos R\$ 151 estabelecidos pelo governo, como anunciou que vetará qualquer decisão do Congresso que ultrapasse esse valor. A não ser que se encontrem os recursos que impeçam que um aumento como o desejado pelos sindicalistas desmantele tudo o que já se conseguiu em termos de saneamento das contas públicas e que é o que está permitindo a reto-

mada do crescimento econômico, que se continuar em ascensão trará de volta ao presidente toda a popularidade que gozou no auge do sucesso do Plano Real.

A firmeza e a consistência de estadista demonstradas pelo presidente, em defesa de uma das mais impopulares decisões que um governante brasileiro pode tomar, produziram uma reação também inusitada. Nenhum

**Popularidade
autêntica
advém da
coragem de
fazer o que é
necessário**

dos sindicalistas saiu do encontro dizendo, por exemplo, que o salário mínimo adotado por Fernando Henrique “pode matar o trabalhador”, como se permitira

afirmar o senador Antonio Carlos Magalhães. Vicentinho, o mais radical dos dirigentes sindicais, de quem talvez se pudesse esperar uma catilinária contra o governo, comentou sensatamente que “é lógico” que ele e o presidente não se entenderam – mas, apesar disso, observou, a conversa tinha sido “muito boa”.

Quanto ao senador Antonio Carlos Magalhães, também prestou um serviço inestimável ao País ao mostrar-lhe com clareza a diferença entre a água e o vinho na cena política brasileira.